

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## UM SENTIDO DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A RESSIGNIFICAÇÃO DA TERRITORIALIDADE SERTENEJA PELA CONVIVÊNCIA

Luzineide Dourado Carvalho <sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Doutora em Geografia (UFS). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/NPGEO. São Cristóvão, Sergipe.  
Email: uzidourado@hotmail.com*

*Artigo recebido em 20/08/2011 e aceito em 04/12/2011*

### RESUMO

O artigo apresenta a 'Convivência com o Semiárido Brasileiro', uma ideia-projeto de interação natureza e cultura, contextualizando as práticas e programas nos campos educacionais, organizacionais e sócio-produtivos. O itinerário conceitual do artigo deseja apresentar que, no Semiárido Brasileiro contemporâneo, há diferentes sentidos sendo postos ao mesmo, mas que pela 'Convivência' há em construção, uma ressignificação e reapropriação da natureza semiárida, compreendendo-a de forma contextual e relacional. Essa perspectiva cultural, repercute no sentido simbólico-cultural que essa ideia-projeto dá ao território Semiárido. Desse modo, pela 'Convivência' emerge um Semiárido como território simbólico-cultural, delineado pelos contextos geo-ambientais e pela diversidade de povos que compõem um mosaico complexo e multidimensional.

**Palavras-chave:** território, territorialidade, convivência, semiárido brasileiro.

## A SENSE OF BELONGING TO SEMI-ARID REGION TERRITORY: THE REFRAMING SERTENEJA TERRITORIALITY BY COEXISTENCE

### ABSTRACT

The article presents the 'Familiarity in the Brazilian Semiarid', an idea-project interaction between nature and culture, contextualizing the practices and programs in educational fields, organizational and socio-productive. The conceptual journey that you want to display the article in the Brazilian Semiarid contemporary, there are different senses being put to it, but by 'Familiarity' is under construction, a reinterpretation and reapropriation of semiarid nature, understanding it in a contextual and relational. This cultural perspective, reflected in the cultural-symbolic sense that idea-project gives the Semiarid territory. Thus, by 'Familiarity' emerges as a Semiarid symbolic cultural territory, delineated by the geo-environmental contexts and the diversity of peoples that make up a mosaic complex and multidimensional.

**Keywords:** territory, territoriality, familiarity, Brazilian semi-arid.

## INTRODUÇÃO

As reflexões desse artigo ancoram-se na abordagem fenomenológica com o propósito de pensar a origem ôntica da significação e da valoração dada a natureza e ao território Semiárido Brasileiro, ou seja, quais as bases fundadoras das significações de hostilidade, das falas instituídas conotadas de estereotipia, dominação e externalidade. Isso vale para afirmar que os significados elaborados sobre a natureza semiárida não são neutros, pois neles se imprimem as formas de simbolizar e evocar condutas e reações sobre a mesma, e que, nesse processo, a linguagem não é neutra, pois a fala é instituída, é intencional e evoca condutas dos sujeitos com o mundo (MERLEAU-PONTY, 2004). Concordando com Leff (2006), a compreensão das essências do mundo, mostra-se na contemporaneidade tão necessária diante de um mundo marcado pela objetificação e homogeneização do “ser”, da crise civilizatória/ambiental, da exclusão da natureza, da cultura e da subjetividade provinda da racionalidade moderna.

O sentido ontológico da “solicitude” a um envolvimento significativo dos sujeitos em “ser-com-os-outros-no-mundo”, postulado por Heidegger (1981) possibilita apresentar as novas formas que os sujeitos envolvidos significativamente pela

‘Convivência’ passam a realizar para ressignificar a existência, consigo mesmo, com seus semelhantes, com a cotidianidade e mundaneidade semiárida. Na concepção desse autor a “convivência com”, solicita ontologicamente conviver com a presença do outro, apreende-se a partir dessa concepção, que a ‘Convivência’ é uma *solicitude* para os sujeitos individuais e coletivos, motivados pela ideia-projeto, passem a atuar, sentir, pensar e viver junto em direção ao outro/novo sentido de existir no Semiárido Brasileiro.

A categoria geográfica de território é apreendida como uma escala que é atravessada pelas dimensões materiais e imateriais, cuja interação as faz inscreverem-se na existência humana, nas ações técnicas, nos discursos elaborados pelos grupos sociais, numa relação de apropriação, física e simbólico-cultural desses (CLAVAL, 2002). Assim, considera-se que o Semiárido Brasileiro, é um território hoje, com seus atributos valorados pela ‘Convivência’, que nesse processo, elabora-se uma ressignificação da identidade territorial a partir do sentido de enraizamento e pertencimento. Essa interpretação pelo viés simbólico-cultural permitiu compreender o Semiárido como um território diverso, complexo e multidimensional. Enfim, o artigo procura analisar a transição paradigmática de

sentido de território Semiárido: De um território cartesiano, delimitado pelas secas, para um território simbólico-cultural, dimensionado pelos contextos peculiares de sua gentes e seus geo-ambientes.

## O SENTIDO CARTESIANO DE TERRITÓRIO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Ao longo do século XX, o Semiárido foi cartografado várias vezes, e, na primeira década do século XXI, sua área territorial continua sendo revista. Em cada delimitação há um sentido de natureza intencionando atender os diferentes interesses. Avalia-se que há na atualidade essas diferentes cartografias convivem simultaneamente.

Em 1909, quando o Estado passou a agir de forma mais incisiva sobre a seca e cria-se a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), a intenção era de agir sobre as áreas semiáridas e para tanto, surge o *Polígono das Secas*<sup>3</sup>, em 1936, como a *Área Oficial de Ocorrências de Secas*. A delimitação original era de 672.281,98 km<sup>2</sup>, e correspondia às áreas afetadas pelas secas dos estados de Alagoas, Bahia,

Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mais o norte de Minas Gerais, considerado, pelas suas características climático-ecológicas, semelhantes às áreas semiáridas do Nordeste.

Com a seca de 1958-1959 cria-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que vai iniciar uma nova atuação sobre o Semiárido, mantendo o *Polígono das Secas* até 1989, quando é extinto, e a SUDENE assume uma nova delimitação oficial<sup>4</sup> ampliando a área de abrangência das secas para 1.085.187 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2004). A SUDENE passa a compreender o Semiárido como:

*A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (Inciso IV do art. 5º do Capítulo Dos Beneficiários apud BRASIL, 2008, p. 01).*

Muitas alterações nessa cartografia, incluindo e excluindo municípios segundo as Leis e Decretos Federais em vigor das épocas. Será em 1995 a última atualização

<sup>3</sup> O *Polígono das Secas* é criado pela Lei Federal nº 175 de 06/01/1936. É substituída pela *Região Semi-árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste* (FNE), pela Lei nº 7.827 de 29/09/1989. Em 2000 a Região Semi-árida do FNE correspondia à 895.254,40 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2004, p.32).

<sup>4</sup> Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, a qual criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

da área territorial do Semiárido pela SUDENE (portaria nº 1.181) antes de sua extinção, em 2001. Os critérios pluviométricos anteriores sustentavam uma delimitação com base nos índices de chuva, mas os estudos mais avançados em climatologia apontavam que a oferta de água numa região não lhe caracterizava como clima semiárido, mas sim, deveria estar associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resulta no fenômeno da seca.

Em 2004, sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) que assumiu os trabalhos da antiga SUDENE, mais o MIN e o MMA, se criou um Grupo de Trabalho Interministerial<sup>5</sup> (GTI) com vistas a redelimitar a área geográfica de abrangência das secas, com base nos três critérios técnicos<sup>6</sup>:

- i. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm;
- ii. índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial no período entre 1961 e 1990;

- iii. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Esses três critérios foram aplicados à antiga área da SUDENE, mesmo para o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Surge um *Novo Semiárido Oficial*, que passa para 969.589,4 Km<sup>2</sup>. Ao todo 1.031 municípios enquadraram-se nos três critérios adotados, e criaram-se mais 102 novos municípios, ficando ao todo, 1.133 municípios. Minas Gerais foi o estado que mais ampliou sua área, com 45 novos municípios, ficando ao todo com 85 municípios dentro do Semiárido Oficial.

Há também o *Semiárido Brasileiro* proposto pelo PAN-Brasil (2004), que surge da delimitação para as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) no Brasil, decorrente das ações de combate à desertificação da Convenção Mundial de Combate à Desertificação (CCD). Este território engloba as áreas semiáridas, as subúmidas secas e as áreas de entorno, englobando 1.488 municípios em uma área de 1.338.076 km<sup>2</sup>, que corresponde a 15,72% do território brasileiro. Estão nele todas essas áreas dos estados do Nordeste mais as de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O interesse desse mapeamento é permitir o aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre o processo de desertificação no país, monitorando os

<sup>5</sup> Portaria Interministerial Nº 6, e 29 de março de 2004 (BRASIL, 2008, p.:01).

<sup>6</sup> Portaria MI nº 89 (16.03.2005 - Ministério da Integração Nacional). Atualiza a relação dos municípios pertencentes à região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (BRASIL, 2007).

processos de degradação das terras, o uso dos recursos naturais e promovendo novas formas de combate à pobreza, considerada um dos fatores que motivam o processo de desertificação. Mas também, por essa delimitação, há um recorte territorial que vem sendo usado por Ministérios como MMA, Universidades Públicas, ONGs e outras organizações civis com base em outra percepção de semiaridez, promovendo ações pela ‘Convivência com o Semiárido’.

### **O SENTIDO DE HOSTILIDADE À NATUREZA SEMIÁRIDA**

A seca, a degradação das terras e a desertificação são processos inerentes à dinâmica ambiental das Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas, ou seja, uma característica da natureza-processo dessas Terras Secas<sup>7</sup>. Os registros de secas estiveram presentes ao longo da história da formação e organização geo-econômica desse território. As secas foram comunicadas, apresentadas e representadas pela conotação de hostilidade, de algo

atípico. É o que Albuquerque Jr. (1999) denominou de dizibilidades e de visibilidades sobre a seca.

A partir dos fortes impactos antropológicos, econômicos e sociais para a população regional com a famosa ‘grande seca’ de 1877/78 uma ampla repercussão da seca como uma anomalia meteorológica nas províncias do norte, hoje, os estados do Ceará e de Pernambuco, promoveu o início das intervenções e as ações imediatistas e assistencialistas sobre os efeitos das secas às populações, especialmente as rurais.

Alguns autores, tais como, Ribeiro (2001), afirmam ser a ‘grande seca’ a matriz fundadora de uma percepção de natureza hostil, uma vez apresentada como ‘catástrofe’, a partir dela, as retóricas de fatalidade climática passaram a direcionar os projetos e programas de desenvolvimento para o Semiárido. A origem da concepção de “natureza hostil” está na mitologia criada em função da submissão do homem aos mistérios incompreensíveis da vida no estado mais primitivo. Como postula aquele autor:

*A busca da superação dos obstáculos impostos pela natureza é a prova de que o homem rompeu com o resto da criação, levando-o ao desejo de controlar o mundo natural, razão*

---

<sup>7</sup> É um conjunto de terras que perfazem as Zonas Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas e formam uma proporção considerável da superfície emersa da Terra, estendendo-se pelos cinco continentes: África, Ásia, Oceania, Europa e América. Segundo a Convenção de Combate à Desertificação: “São consideradas Terras Secas todas as áreas, com exceção das polares e das sub-polares, nas quais a razão de precipitação anual e evapotranspiração potencial está compreendida entre 0,05 e 0,65” (BRASIL, 2006, p.18).

*da ideia de natureza dominada*  
(CASSETI, 1993, p.146).

A hostilidade é uma concepção provinda das raízes do antigo Oriente Médio e, pelos textos sagrados, chega-se até o mundo Ocidental, e recuperado no Iluminismo, atendendo as expectativas do sistema de produção capitalista em formação. A concepção de natureza hostil será fundamentada no princípio baconiano de “conhecer a natureza para dominá-la” (CASSETI, 1993, 147), induzindo ao processo de apropriação espontaneísta dos recursos com o advento dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Desse modo, o autor afirma que a natureza tomada como um objeto passivo necessita ser dominada e submetida diante de um mundo em desencantamento. E que a nova racionalidade cartesiana, com vistas à eficácia e à eficiência foram requisitos indispensáveis a uma sociedade moderna, que nascia sob a égide capitalista.

Ressalta Porto-Gonçalves (1990) que a vertente da natureza hostil ao homem como o lugar da luta de todos contra todos deu ao Estado Moderno a necessidade de estabelecer a lei e a ordem, concebendo o homem fora da natureza, reproduzindo a dicotomia – natureza e cultura, alicerce da ideia moderna de natureza pela externalidade.

Historicamente, as ações intervencionistas implementadas com base na política de ‘combate à seca’ mantiveram-se na cultura elitista e excludente do Estado, com elaboração de programas de emergência para assistir aos flagelados e amenizar o problema da escassez de água, com ações e medidas paliativas e assistencialistas, com irregularidades, mau uso dos recursos e favorecimento as oligarquias regionais (MENEZES, 1999). Uma série de programas lançados entre as décadas de 1970 e 1980, mas que não obtiveram resultados eficazes, especialmente no enfrentamento da pobreza, agravados pelo esgotamento da capacidade do Estado em atender a projetos isolados por parte do Banco Mundial.

Muitos autores de renome na literatura acadêmica brasileira, tais como sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos dentre outros pensadores, buscaram apresentar em suas análises o Semiárido dentro do contexto marginal das alternativas do desenvolvimento nacional via industrialização e urbanização, iniciadas nos anos de 1930. Mas, mesmo com todo o desgaste dos insucessos, descontinuidades e desperdícios de recursos dos planos, projetos e programas estatais, com propósitos de ‘solucionar o problema regional’, tal política chegou até o final do século XX. Entretanto, a transição para o século XXI trouxe novas

questões e novos atores sociais para a produção e organização do território Semiárido, com novos agenciamentos e arranjos produtivos, bem como a reflexão e o debate da sociedade civil em uma nova fase de atuação e participação política.

A emergência da ‘convivência com o semiárido brasileiro’: um projeto de identidade territorial

A sociedade civil desde meados dos anos de 1980 passou a moldar um papel pró-ativo, além de pressionar a democratização dos programas de desenvolvimento, a agir pela abertura de sua participação e gestão nos processos de elaboração e implementação de programas para o Semiárido. Os movimentos sociais passaram a produzir uma crescente multiplicidade de abordagens e programas para o desenvolvimento, com uma ação mais articulada e propositora de um novo modo de agir e pensar a natureza e o território Semiárido.

Nesse contexto crítico emergiu o *Movimento Muda Nordeste*, em 1985. Segundo Fávero (2002), este apontava para a situação de exclusão da região Nordeste e suas lideranças denunciavam que as intervenções estatais não diminuía as iniquidades sociais, cujo projeto de desenvolvimento do Nordeste ampliava e criavam-se novas injustiças sociais, especialmente no período do governo

militar, que consolidou as bases do sistema capitalista no Brasil, favoreceu o capital e as suas elites, reforçando a desigualdade, negando à sua população o direito à palavra e à participação política.

Já na década de 1990, a sociedade civil passa a se articular em sindicatos rurais, associações, cooperativas e Organizações Não-Governamentais. Esta ‘nova institucionalidade’ realiza um ato público em Recife, em 1992, ocupando a sede da SUDENE, lançando o movimento *Fórum Nordeste*. Dele se elabora e se apresenta o Documento-proposta “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”. Segundo Macedo (2004), foi um marco qualitativo da participação social no movimento social no Nordeste, e no qual se afirmaram as possibilidades da convivência do homem com a semiaridez.

Os movimentos de resistência à política de ‘combate à seca’ promovem a idéia de que o Nordeste é viável (grifo da autora). Desde os anos de 1970, pontuava-se por vários lugares a proposta de ‘Convivência’, endo a frente algumas ONGs e setores da Igreja Católica. As experiências e ações dessas organizações eram voltadas para gerar alternativas produtivas com culturas mais resistentes às estiagens, adaptações tecnológicas para a criação, fortalecimento das comunidades e organizações de agricultores familiares etc.

Desse modo, havia um conjunto de práticas, experiências, projetos-piloto etc., que se identificava como de ‘Convivência’.

Em 1999, realizou-se a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP- 3), em Recife (PE). Simultaneamente a esse evento, realizou-se o “Fórum Paralelo” de organizações civis do Nordeste. Nele se elabora o documento “Declaração do Semiárido: Propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e Combate à Desertificação”. Esse documento vai se caracterizar como um marco político da sociedade civil, lançando a ‘Convivência’ como seu projeto de desenvolvimento territorial, pois nele se sustenta um conjunto de orientações sobre como ‘conviver’, o que as instituições concebem como ações de investimentos, de fortalecimento social, como exemplo, a inclusão de jovens e mulheres no processo. A *Declaração do Semiárido* é a Carta de Fundação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede que surge congregando diversas instituições da sociedade civil, que se comprometeram a mobilizar e a articular a ‘Convivência’. Deflagrava-se, também, daquele contexto, o *Semiárido Brasileiro*, uma escala que aglutina os objetivos da sociedade Civil com as ações de combate à desertificação

da CCD, Essa mudança escalar trouxe uma nova base política para tratar a proposta da ‘Convivência’ dentro das diretrizes e políticas públicas nacionais, não mais atreladas às políticas para a região Nordeste. O *Semiárido Brasileiro* emerge com contornos e proposições políticas próprias.

### **AS REDES E SUA ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO RIZOMÁTICAS DE ‘CONVIVÊNCIA’**

Segundo Castells (2001, p.24-26) a sociedade contemporânea, marcada pela interação em rede, pode construir a identidade dos projetos sociais e culturais enraizados em sua estrutura social, cujo conteúdo simbólico se faz presente. A “identidade de projeto” que emerge a partir de qualquer material cultural capaz de construir uma nova identidade, redefinindo a posição dos atores sociais na sociedade. Essa “identidade de projeto” visa gerar uma transformação em toda a estrutura social, pois ela é uma identidade construída pelo sujeito histórico. Concebe-se, desse modo, a ‘Convivência’ como uma identidade de projeto, pois ela provém das lutas históricas de resistências à dominação das elites, que são bem anteriores, mas que por ela adentram novas e diferentes bandeiras de lutas sociais, que

juntas vão compor a ideia-projeto para essa parte do Brasil.

Os movimentos sociais, segundo Boff (1998, p.97), possuem um mínimo de organização, fluida, mais pontos de referência valorativa que preceitos e leis a serem seguidos por todos: "O movimento apresenta uma alternativa ao *establishment*, que lhe dá seu aspecto libertário e revolucionário". De acordo com Boff, o movimento social mantém-se por meio de um *estado nascente* expresso na nova visão, no entusiasmo, no carisma. Esse 'estado nascente' pode ser apreendido também em Heidegger (1981, p.19) quando ele postula sobre a "solicitude". Segundo esse autor, ela é "o relacionar-se com alguém de uma maneira envolvente e significativa". A solicitude imbrica as características básicas do ter consideração para com o outro e de ter consideração e paciência com o outro. Ter consideração e paciência não são princípios morais, mas encarnam a maneira como se vive com os outros, através de experiências e expectativas. Portanto, ao se comparar o "estado nascente" e a "solicitude" presentes na 'Convivência', permite dimensionar que o sentido de coletividade permeia profundamente essa idéia.

A 'Convivência', ao abrigar diferentes movimentos, organizações, sujeitos e atores sociais, que lhe comungam como uma identidade de projeto, não se

caracteriza como movimento e nem instituição, mas um rizoma que abriga todos aqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver e se relacionar na mundaneidade semiárida. Ela é o 'estado nascente' que solicita dos sujeitos individuais e coletivos outra/nova sociabilidade, reconhecendo e experimentando o sentido de "ser-com-os-outros-no-mundo". Como afirma Heidegger (1981, p.42), "ser-no-mundo" são as múltiplas maneiras que o homem vive e pode viver; são os vários modos como ele se relaciona e atua com os entes que encontra e a ele se apresentam".

Duas redes podem ser destacadas, devido à maior expressividade em articular e mobilizar um grande contingente de atores sociais: A ASA e a RESAB<sup>8</sup>. Além delas, há uma diversidade de redes menores em escala estadual ou local articuladas direta ou indiretamente em torno dessas grandes redes, tais como: As redes de mulheres, redes de economia solidária, rede de apicultores, rede de educadores ambientais, rede de agroecologia, dentre outras.

As redes se apresentam como porta-vozes da inflexão política da 'Convivência', formatando novas falas, novas imagens, novas manifestações associadas à natureza

---

<sup>8</sup> Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.

semiárida, pois atuam na desconstrução dos significados de estereotipia e negatividade, solidificados sobre essa natureza, território, sociedade, cultura, etc., das 'gentes' do Semiárido. Na busca de articular e mobilizar os sujeitos individuais e coletivos, as redes da 'Convivência' atuam com as formas de pensar e agir sobre o ambiente no qual estes se inserem, alterando a rede de relações comunitárias, regionais e territoriais nas quais os atores sociais e suas organizações estejam territorializando a ideia-projeto.

Segundo Castells (2005, p.39), as redes tornaram-se um conceito-chave para a compreensão da sociedade contemporânea, configurado por uma dinâmica econômica e social baseada na era da informação, cujos efeitos sobre as sociedades permitiram emergir novas formas de redes, marcadas por fluxos e troca, quase instantâneas, de informação, capital e comunicação cultural. Estes fluxos regulam e condicionam simultaneamente o consumo, a produção, a vida.

São redes abertas, em constante articulação, com seus membros ou com outras redes, e outras organizações, formatando seus nós, pontos, teias que possibilitam que todos se movam com e para a 'Convivência', de forma autônoma, mas interdependente. Podem ser consideradas redes rizomáticas, pois suas instituições se ligam a uma, duas ou mais

redes e tal 'proliferação' é o meio pelo qual elas se movem, expandindo-se e criando sempre novas conexões, novos nós, novos ligamentos institucionais, de novos atores sociais etc.

Santos (1997, p. 215) corrobora sobre o papel das redes na compreensão das relações espaciais contemporâneas, ao afirmar que as redes seriam incompreensíveis "se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas escalas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo". Já para Haesbaert (2007, p.59), as redes se tornaram um veículo por excelência de maior fluidez que atinge o espaço, e por elas pode-se melhor compreender o espaço geográfico contemporâneo. Esse autor avalia que as sociedades contemporâneas têm vivido intensamente os processos de territorialidade, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Como postula, "a rede passou a ser o principal elemento na configuração territorial dessas sociedades". Compreende-se por esse autor que o espaço geográfico contemporâneo é hoje atravessado pelos processos territoriais e a rede torna-se o conceito que possibilita compreender a multidimensão do território, suas múltiplas faces, processos e

atores sociais. Como expõe a Declaração do Semiárido sobre o ideal da ASA:

*Nós, da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semiárido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!” (ASABRASIL, 2008).*

As redes publicam suas *Cartas de Princípios*, que são as normas éticas que condizem outra/nova postura de políticas públicas territoriais para o Semiárido, orientando os seus membros para uma lógica dialógica e contextual com as gentes sertanejas e a

natureza. Leff (2006, p.382) apreende que está em formatação uma nova racionalidade, calcada em novos saberes, que vem se constituindo na política do “ser”, cujas formas de enfrentamento discursivo elaboram-se ante um discurso dominante. Ele considera que a elaboração desse novo/outro tecido discursivo esboça uma ressignificação do significante e do que é significado, e nesse processo, constrói-se um *diálogo de saberes*, marcado por “palavras, significações, razões, práticas, propósitos que, em suas sintonias e dissonâncias, em acordos e dissensos”.

No conjunto discursivo da ‘Convivência’ tem-se, também, as Diretrizes e Linhas de Ação, cuja construção provém dos encontros, seminários e conferências (em diferentes escalas), cujos processos e práticas socioespaciais de desenvolvimento pautadas apresentam-se como possibilidades de gerar a sustentabilidade para diferentes setores da vida: São ações para o acesso e uso da água, da terra, da produção e criação condizentes com o clima semiárido; são propostas para a educação contextualizada, para a segurança alimentar e nutricional, ações de combate à desertificação e uma série de outras demandas.

## A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO SIMBÓLICO-CULTURAL DE TERRITÓRIO PELA 'CONVIVÊNCIA'

Esse movimento que chega com as questões contemporâneas de ressignificação da natureza semiárida traz o olhar para um modelo de política pública contextualizada, para o atendimento às populações rurais, em extrema pobreza, cujas grandes obras não solucionaram suas reais necessidades. As 'novas institucionalidades' trouxeram também as incertezas desse 'novo tempo', marcado pela transição paradigmática da racionalidade técnico - científica para a racionalidade mais dialógica e ambiental (LEFF, 2006). Entretanto, a 'Convivência' guarda em si o valor da tradição, por meio da valorização dos conhecimentos dos sertanejos e sertanejas com a semiaridez, suas 'leituras' dos sons da mata, cantos de pássaros, condições atmosféricas, direções do vento etc., ou seja, com as formas sutis de comunicação desse povo com o universo simbólico, as práticas de coletividade, os sistemas de dádivas e de obrigações comunitárias. Como expõe Martins (2004), há uma convivência já constituída entre o homem e a natureza no Semiárido:

*Tudo constitui um conjunto muito amplo de saberes que define, sem dúvida, uma convivência. Esses saberes, como outros, são frutos*

*de um processo longo e se ligam ao tempo da pedagogia jesuítica, embora tenham se desenvolvido no seio de uma mestiçagem e de um hibridismo cultural, entre as matrizes que compuseram o perfil humano dos sertões [...] (MARTINS, 2004, p.44).*

Há um conjunto de saberes e valores que passam a ser incorporados nas dinâmicas produtivas, nos encontros e intercâmbios, em momentos de mística, de celebração, de mutirão, dos causos e estórias, expressões musicais populares, tais como, a cantoria, os cordéis, os repentes e desafios, dentre outras expressões, que são reeditadas, muitas das quais caídas em esquecimento, mas que emergem valorizadas e ressignificadas nas Diretrizes. Segundo Giddens (1991), tradição e modernidade, se interconectam; mesmo com todo o avanço dessa última sobre os modos de vida, não podem ser vistos como polos opostos. Como afirma:

*Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes [...] Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão*

*equivoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira (GIDDENS, 1991, p.14).*

A ‘Convivência’ ao ressignificar os elementos identitários das gentes do sertão, ela traz outro/novo olhar sobre o Semiárido, destacando suas características próprias, delimitadas pela complexidade existentes nesse território. Emerge um território simbólico-cultural, dimensionado pelos elementos materiais e imateriais presentes na produção e reprodução da vida de homens e mulheres que vivem a mundaneidade semiárida há séculos.

A compreensão simbólico-cultural de território posta por Haesbaert (1999, p.186) permite afirmar que “o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas [...] estabelecem-se tanto relações políticas de controle quanto relações afetivas, identitárias, de pertencimento”. Uma concepção de território não mais cartesiano e tecnicista da política de ‘combate à seca’, delimitando-o pelos índices de precipitação.

A consciência de território como um espaço multidimensional marcado pelas necessidades econômicas, sociais e políticas, como enfatiza Almeida (2005) emerge e possibilita a ressignificação da territorialidade. Como afirma a autora, a produção do território está sustentada pelas relações sociais que o atravessam e tais dimensões permitem ser o território objeto

de operações simbólicas, e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo. Um território diverso de unidades geoambientais (serras, chapadas, planícies, depressões, dunas, brejos) e de um mosaico de gentes que lhe confere diferentes maneiras de se relacionar e perceber a natureza. Essa diversidade e complexidade territorial vão sendo apresentadas nos documentos públicos das redes, cujos dizeres reportam-se às relações afetivas, identitárias, de pertencimento dos povos com seu território, enfatizando a necessidade de um novo olhar das políticas públicas sobre o mesmo. Como exemplo o trecho abaixo:

*O Semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano*

*nas cidades de médio porte [...] O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas interrelações, impõe-se mais que nunca (ASABRASIL, 2008).*

A interação entre as dimensões materiais e imateriais do território é tratada por Claval (2002). Ele expõe que essa interação se inscreve na existência humana, nas ações técnicas e nos discursos elaborados sobre o território. Portanto, o autor analisa que as práticas culturais e as representações interferem nos processos de produção do espaço geográfico, sendo o território a escala na qual se atravessam histórias individuais e coletivas. A abordagem de Claval permite avaliar o poder que teve a política de ‘combate à seca’ na visão tecnicista fundada nas ações emergenciais, pontuais e descontextuais não validaram as singularidades e as particularidades da identidade territorial, como também vincularam a concepção de natureza hostil com conotações de ‘inóspita’, ‘feia’ e ‘morta’.

A resignificação da identidade territorial apresenta-se como um processo mundial de reconfiguração do ser e das identidades. Esse processo é compreendido por Leff

(2006) como um fenômeno típico da era da globalização, reposicionando os indivíduos e os povos no mundo em relação ao ser, ao pensar e ao saber, na busca da identidade territorial. A história, as potencialidades da natureza e as expressões da cultura são, dentre outras expressões, ressaltadas, valorizadas no contexto de elaboração da política do lugar. A resignificação do sentido do ser e do tempo se materializa na luta por autonomia dos povos e de seus territórios. Ela se realiza em um ambiente complexo e conflituoso, pois o que se efetiva é a formação da *racionalidade ambiental*, reposicionando os indivíduos entre a ordem do real e do simbólico. Um processo que permite aos povos, oprimidos e dominados, se organizarem contra a globalidade homogeneizante e idealizarem um futuro sustentável.

A valorização da identidade sertaneja, dos geoambientes, das práticas tradicionais etc., surgem em produções artísticas e culturais (música, poesia, literatura, cordel etc) trazendo uma evocação do sentido de pertencimento e do fortalecimento da territorialidade.

Como diz Bonnemaïson (2002, p.107) “os homens fixam-se ao território, uma vez que o território que dá segurança, símbolo da identidade e o espaço”. Esse movimento de valorização dos atributos físicos e simbólico-culturais do território Semiárido por meio de músicas e de imagens positivas

da Caatinga, das paisagens, das gentes etc., são formas de ressignificar a territorialidade, pois o fortalece a relação de apego, de enraizamento, de pertencimento.

O movimento de ressignificação da natureza semiárida pela ‘Convivência’ ao promover o sentimento de pertencimento/enraizamento dos sujeitos, nos remete ao que Almeida (2005) também ressalta sobre a importância da cultura como construtora da territorialidade. Ela afirma que, pela cultura, se dá a apropriação simbólico-expressiva do espaço, no qual o território é portador de significados e relações simbólicas.

As compreensões de Haesbaert (1999) sobre identidade territorial também possibilita a apreensão do movimento de ressignificação da territorialidade semiárida. Ele considera que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território. E, dentro de uma relação de apropriação, o espaço geográfico é constituído tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta, portanto, o território é parte dos processos de identificação social. Essa leitura permite compreender como a sociedade civil organizada em torno das ‘novas institucionalidades’ articula-se e mobiliza-se para a construção de outra/nova *mensagem conotativa potencial* (MORIN, 2005) capaz de ressignificar a identidade territorial semiárida, e que simultaneamente,

atua na ressignificação da identidade social de ser sertanejo/sertaneja.

## CONCLUSÕES

Compreende-se que os diversos atores sociais que atuam no Semiárido contemporâneo, trazem novos sentidos de apropriação desse território, atravessando-o, requalificando-o e valorando a natureza semiárida, cujas demandas técnicas, econômicas, culturais, simbólicas, comunicacionais e imagéticas é que vão diferenciar o sentido de desenvolvimento territorial que se deseja.

Almeida (2005) corrobora na apreensão sobre esse mosaico de territórios semiáridos, ao afirmar que os territórios são muitos e suas escalas definidas não de forma contínua, mas imbricadas ou superpostas. Compreende-se, portanto, que não existe um Semiárido, mas territórios Semiáridos, uma vez que eles estão superpostos: É do Estado, das ‘velhas institucionalidades’, das ‘novas institucionalidades’, do agronegócio, dos polos da fruticultura irrigada; dos movimentos sociais, da exclusão social, dentre outros.

As novas falas e imagens, as ‘novas institucionalidades’ promotoras da ‘Convivência’ geram a transição paradigmática de sentido de natureza pelo viés da subjetivação em torno da concepção

simbólico-cultural de território Semiárido. As redes ao atuarem no campo da significação cultural e criarem estratégias de subjetivação, por meio de documentos, de compromissos institucionais (Cartas de Princípios, Declarações, Cartas Políticas, Diretrizes etc.), na circulação de imagens e dizeres positivos aos atributos do território etc., fortalecem o sentimento de pertencimento dos grupos enviesado pela cultura. Esse viés cultural que emana pela ‘Convivência’ é, certamente, um grande diferencial dessa ideia-projeto no pensar contemporâneo de Semiárido.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, M. G. Em fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, nº 2, 2005
- ASABRASIL. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Declaração do semiárido: propostas da articulação no semiárido brasileiro para a convivência com o semiárido e combate à desertificação. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br>>. Acesso em 10 nov. 2008
- BRASIL. MIN. Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília (DF), 2008
- \_\_\_\_\_. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Implementação da convenção das nações unidas de combate à desertificação: II Relatório Nacional (2002-2004) e III Relatório Nacional (2004-2006)**, versão preliminar para discussão. Brasília, 2006c
- \_\_\_\_\_. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/ Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Programa de Estruturação Institucional para a Consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos – BRA/OEA/01/002**. Relatório Parcial: Projeto para Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas. MMA/SRH/CTC. Brasília (DF), Novembro de 2004.
- BOFF, L. **O despertar da águia: o diabólico e sim-bólico na construção da realidade**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA R. ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002
- CASSETI, V. Ciência e ambiente. Boletim goiano de geografia. Goiania, v.13, nº 1, jan./dez., p.1-10, 1993
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. (A era da informação: Economia, sociedade e cultura. 8ª edição. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- \_\_\_\_\_. **O Poder da Identidade. A era da informação: Economia,**

sociedade e cultura. 3ª edição. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001

CLAVAL, P. A volta do cultural na Geografia. **Mercator**- Revista de Geografia da UFC. Ano 01, nº 01. 2002, p.19-28

FAVERO, C. A. **Semiárido: fome, esperança e vida digna**. Salvador (BA): EDUNEB, 2002

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: editora UNESP, 1991

HAESBAERT, R. Concepções de Território para entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Lamparina. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2007, p.43-71,

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, C. & CORREA, R.L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190

HEIDEGGER, Martin. **Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social**. Apresentação e Introdução, notas e epílogo Solon Spanodius; tradução e comentários Dulce Critelli. São Paulo: Moraes LTDA, 1981

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACEDO, O. M. **A Convivência com o Semi-árido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e

Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife: UFPE, 2004

MARTINS, J. S, REIS, E. S. Proposta político-pedagógica da RESAB: A convivência com o semi-árido como norteadora do processo educacional no semiárido brasileiro (Rascunho-manifesto em andamento). **Secretaria Executiva da RESAB**, Juazeiro (BA). Anexo 3. Relatório Final da Consultoria COOPERFAJ/UNICEF - 2004. 2004

MENEZES, A. V. C. **Estado e Organização do Espaço Semiárido do Sertão Sergipano**. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999

MERLEAU-PONTY, M. **Conversas**, 1948. Organização e notas de Sttéphanie Ménasé, tradução de Fabio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção Tópicos)

MORIN, E. **O Método I: A natureza da natureza**; tradução Ilana Heineberg. – Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005. 2ª ed. 480p

PORTO-GONÇALVES. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1990 (Coleção Temas Atuais).

RIBEIRO, R. W. **A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo; razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997